

# Kalecki e Marx: sobre algumas relações entre a distribuição e a determinação da renda nacional, e a taxa de mais-valia

Luiz Miranda

Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFRGS

## Apresentação

Este trabalho desenvolve as teorias da distribuição e da determinação da renda em Kalecki relacionando-as ao conceito marxista de taxa de mais-valia, tomada *lato sensu* como taxa de apropriação do excedente econômico num sistema de preços monetários. O objetivo imediato é contextualizar teoricamente a questão da distribuição face ao problema da realização na dinâmica de acumulação do capital, através de um tratamento analítico formal que vincule a teoria da determinação da renda de Kalecki à visão marxista das contradições da economia capitalista.

Deste modo, na primeira seção efetua-se uma recapitulação sumária da teoria kaleckiana de fixação de preços sob condições oligopólicas, visando apenas estabelecer os contornos teóricos dos fatores de distribuição.

Na segunda seção trata-se de estabelecer a relação formal entre estes fatores de distribuição e a taxa de apropriação do excedente, bem como entre as parcelas relativas de salários e lucros na renda, por um lado, e esta taxa de apropriação, por outro.

Na última seção mostra-se como "os hábitos de poupança dos capitalistas", nas palavras de Kalecki (vale dizer, a "propensão a consumir" dos capitalistas, numa linguagem keynesiana), podem ser expressos como uma função da taxa de apropriação do excedente, de modo a visualizar-se no multiplicador kaleckiano - embora sintética e formalmente - a contradição dinâmica mais geral entre a apropriação do excedente e a reprodução ampliada do capital.

## Kalecki : Determinação dos preços de produtos industriais

Duas das características essenciais da construção teórica de Kalecki sobre a dinâmica das economias capitalistas são sua fundamentação microeconômica, expressa em seu modelo de determinação de preços pelo custo, e seu exame dos determinantes da

participação dos salários (e lucros) na renda nacional.

A política de fixação de preços de produtos finais pelas firmas representativas em cada ramo industrial sob condições de oferta elástica pode ser expressa através da equação  $p = \frac{m}{1-n} \cdot u$ ;

$1-n$

aqui, conforme Kalecki, "os coeficientes  $m$  e  $n$ , que caracterizam a política de fixação de preços da firma, refletem aquilo que podemos chamar de grau de monopólio da posição da firma". Esta equação "retrata uma formação de preços semimonopolística" - uma vez que a "elasticidade da oferta e a estabilidade dos custos diretos unitários sobre a amplitude relevante da produção é incompatível com a assim chamada concorrência perfeita" (1954:63), e propicia a formalização do conceito de grau de monopólio de uma firma representativa num ramo industrial qualquer, isto é, seu poder de fixação de preços em mercado face a seus custos diretos de salários e matérias-primas, expresso pela razão

$$k = \frac{m}{1-n} = \frac{p}{u}$$

(onde  $p$  representa o preço médio, e  $u$ , o custo direto unitário da firma).

O grau de monopólio de uma firma representativa é, por definição, o mesmo do ramo industrial ao qual ela pertence, ou seja, "igual à razão entre o montante dos rendimentos do ramo da indústria e o montante dos custos diretos do ramo da indústria" (Kalecki, 1954:66). Fazendo-se a passagem kaleckiana do plano micro ao macroeconômico, aos níveis sucessivamente mais agregados de setor industrial e da economia como um todo, o grau de monopólio será, em cada caso, igual à razão entre o valor bruto da produção ( $R$ ) e o total dos custos salariais ( $W$ ) e de matérias-primas ( $M$ ), isto é, na terminologia de Kalecki, igual à "razão entre o total dos rendimentos e o total dos

custos diretos" (1954:76), donde  $k = \frac{R}{W+M} = \frac{R}{U}$ .

Em relação à equação de preços industriais

$$p = \frac{m}{1-n} \cdot u$$

$$\text{ou } p = k \cdot u$$

$$\text{ou } p = k \cdot (w^* + m^*)$$

Kalecki observa que "os preços a cada etapa são proporcionais aos custos diretos unitários. Na primeira etapa da produção, os custos diretos consistem de salários e do custo de produtos primários. Na etapa seguinte, os preços são formados com base nos preços da etapa anterior e nos salários da etapa atual, e assim por diante. É fácil de ver, portanto, que, dado um grau de monopólio, os preços dos produtos acabados são funções lineares homogêneas dos preços das matérias-primas de um lado e, de outro, dos custos de mão-de-obra em todas as etapas de produção" (1954:73-74). E, uma vez que "na agricultura e na mineração os produtos são matérias-primas e a parcela relativa dos salários no valor agregado depende principalmente da razão entre os preços das matérias-primas produzidas e seu custo de salários por unidade" (Kalecki, 1954:78; grifado no original), e que os custos diretos unitários industriais podem ser expressos em função desta razão ( $j$ ) entre o preço médio das matérias-primas ( $m^*$ ) produzidas e a taxa de salário, isto é, o salário/hora por trabalhador ( $w^*$ ), e da própria taxa de salário<sup>1</sup>, a equação de preços industriais pode, finalmente, ser rerepresentada como  $p = k \cdot (1+j) \cdot w^*$  de maneira a explicitar a razão entre os custos diretos como um dos determinantes dos preços dos produtos "acabados".

Fazendo-se novamente a passagem do plano micro ao macroeconômico, aos níveis sucessivamente mais agregados de setor industrial e da economia como um todo, a razão entre os custos diretos agora fica expressa, em cada nível de agregação, como "a razão entre o montante dos custos de matérias-primas e o custo da mão-de-obra" (Kalecki, 1954: 76), ou seja,  $j = \frac{M}{W}$ .

W

Note-se que as passagens micro-macro implicam a passagem do conceito de preço ao de valor bruto da produção. O preço industrial para o produto de uma firma, determinado a partir dos custos diretos unitários de matérias-primas e salários, é expresso como uma função do grau de monopólio, da razão preço médio

das matérias-primas/taxa de salário horário, e desta própria taxa de salário por hora, de modo que, como já visto,  $p = k \cdot (1+j) \cdot w^*$ . No limite macro da agregação das firmas e dos ramos industriais, para a economia como um todo e, portanto, para o volume total de produtos intermediários e finais produzidos ( $Q$ ), passa-se de uma equação de preços para uma equação de rendimentos<sup>2</sup>

$$p \cdot Q = [k \cdot (1+j) \cdot w^*] \cdot Q$$

$$R = k \cdot (1+j) \cdot W$$

para a qual aplica-se o argumento de Kalecki de que "a razão entre rendimentos e custos diretos e a razão entre custos de matérias-primas e salários dependem também da importância dos vários ramos da indústria" (1954:76), isto é, dependem também da composição industrial, da "composição do valor da renda bruta do setor privado" (Kalecki, 1954:78, nota 11; grifado no original), e de suas variações ao longo do tempo.

Ou seja, os efeitos das variações da composição industrial do valor agregado sobre os rendimentos e sobre os custos das matérias-primas estão subsumidos, respectivamente, nas razões  $k$  e  $j$  (conforme Kalecki, 1954:70, 76 e 199). Aliás, é esta subsunção da composição industrial no grau de monopólio e na razão entre os custos diretos que leva Kalecki ao exame do comportamento de  $k$  e  $j$  sob o suposto de estabilidade da composição industrial, construindo "as razões  $k'$  e  $j'$  ajustadas de forma tal que fica eliminado o efeito de alterações da importância dos diversos ramos da indústria" (Kalecki, 1954:76). Este procedimento analítico lhe permite avaliar a influência "pura" do grau de monopólio e da razão entre os custos diretos, bem como a da composição industrial, sobre a formação dos preços industriais.

### Kalecki e Marx : Distribuição da Renda e a Taxa de Mais-Valia

A formação teórica de Kalecki a partir da economia marxista é amplamente reconhecida entre os economistas contemporâneos. Devido a essa origem, sua obra, ao par da originalidade própria, deve, logicamente, possibilitar identificações conceituais e formais com a teoria econômica de Marx, como a que ocorre, por exemplo, com os esquemas inter-departamentais em ambos os autores.

Aqui vamos explorar uma outra correspondência entre as teorias kaleckiana e marxista, a saber, entre a participação dos salários (e lucros) na renda

nacional e a taxa de mais-valia (embora tomada em sentido lato, enquanto taxa de apropriação do excedente monetário).

No *Teoria da Dinâmica Econômica*, Kalecki examina a distribuição da renda nacional pelo ângulo de participação dos salários na renda, de modo a associar o processo de constituição de preços e rendimentos industriais à distribuição. O grau de monopólio, a razão entre os custos diretos e a composição industrial, vistos acima enquanto determinantes de preços e rendimentos, surgem em sua teoria da distribuição como determinantes também da parcela relativa dos salários na renda nacional (num modelo de economia fechada e sem o setor Governo), isto é, como os "fatores de distribuição" (conforme Kalecki, 1954:78, 93). Assim, sendo a renda nacional dada pela equação  $Y = P + W$  (1) na qual  $P$  indica o montante dos lucros, a parcela salarial é dada pela relação  $w = \frac{W}{Y}$

Sendo  $R = Y + M = P + W + M = P + U$ , (2)

os lucros podem ser representados por

$$P = R - U$$

e, sendo o grau de monopólio expresso pela razão entre rendimentos e custos diretos

$$k = \frac{R}{U} \text{ tem-se}$$

$$P = (k - 1) \cdot (W + M) \quad (2a)$$

A parcela salarial pode então ser apresentada como

$$w = \frac{W}{W + (k-1) \cdot (W + M)}$$

e, representando-se a razão entre os custos diretos por

$$j = \frac{M}{W}$$

obtém-se a participação dos salários na renda nacional expressa como uma função decrescente dos fatores de distribuição através da equação

$$w = \frac{1}{1 + (k-1) \cdot (1+j)} \quad (3)$$

Contudo, a distribuição da renda pode também ser examinada através da razão entre lucros e salários,

$P/W$ . Em termos marxistas, no âmbito da teoria do valor-trabalho,  $P$  representaria o lucro total da economia, igual, por definição, à mais-valia global, enquanto  $W$  expressaria a massa de capital variável; a razão  $P/W$  forneceria portanto a taxa de mais-valia.

Ora, o modelo de Kalecki evidentemente opera a partir de preços de mercado, de modo que a transposição da taxa de mais-valia do sistema marxista ao kaleckiano deve ser realizada através de um duplo movimento:

1º) por uma solução para o problema da transformação que iguale as taxas de lucro entre os diferentes setores da economia, mantendo constantes os totais tanto da mais-valia como do capital variável (embora modificando o valor do capital constante e a taxa de lucro média aos preços iniciais) e, portanto, mantendo constante a taxa de mais-valia na transformação de valores a preços de produção, bem como

2º) pela incorporação dos efeitos da concorrência nos determinantes da razão  $P/W$ , na passagem de preços de produção a preços de mercado.

O tipo de solução apontado acima para o problema da transformação, plenamente estabelecido na literatura pertinente (conforme Foley, 1982 e Lipietz, 1982), reitera o argumento marxista sobre a teoria do valor segundo o qual a mais-valia é produto do tempo de trabalho excedente. Assim, na passagem de valores a preços de produção, a apropriação do valor sob a forma de taxa de mais-valia equivale à apropriação do valor sob a forma de taxa de apropriação do excedente monetário num sistema de preços de produção,  $e = \frac{P}{W}$ .

Esta taxa de apropriação do excedente é inteiramente compatível tanto com a visão de Marx de que o lucro é a forma do excedente característica da produção capitalista, quanto com os agregados kaleckianos: de fato, dado que, a partir da equação (1) tem-se

$$P = Y - W \quad (2b)$$

resulta imediatamente a taxa de apropriação do excedente expressa matematicamente como função da parcela salarial

$$e = \frac{1}{w} - 1 \quad (4)$$

bem como a parcela salarial como função da taxa de apropriação do excedente

$$w = \frac{1}{1+e} \quad (3a)$$

em uma relação de determinação, de modo que a participação dos salários na renda será tanto menor quanto maior for a taxa de apropriação do excedente pela classe capitalista, e vice-versa.

Por outro lado, o grau de monopólio, a razão entre os custos diretos, assim como a composição industrial, são, por si mesmos, manifestações dos efeitos da concorrência a partir das diferentes estratégias empresariais no âmbito dos distintos tipos de "imperfeições" dos mercados. Os esforços das diferentes empresas em estruturas concorrenciais diversas, face a objetivos diferenciados quanto a maximização de lucros, presença em mercados, liderança de preços, inovação tecnológica em processos e/ou produtos, diversificação empresarial, níveis de qualidade, política de pessoal, atuação em mercados especulativos de moedas e/ou matérias-primas, etc, que configuram o processo concreto da concorrência inter-capitalista, plasmam não só a composição industrial como o ambiente institucional e político mais geral que condicionam a formação dos preços dos "produtos acabados", das matérias-primas, e da força de trabalho.

Assim, no âmbito da concorrência inter-capitalista real, os preços em geral são formados não só a partir das condições técnicas do processo material de produção, mas também a partir das condições institucionais e políticas sob as quais se constituem os circuitos comerciais e financeiros em que se defrontam os múltiplos capitais. Sob tais condições os preços de mercado afastam-se dos preços de produção e, nas razões entre rendimento e custos diretos, e entre estes, incorporam os efeitos da concorrência em geral (que, entre outros, incluem as modificações da composição industrial).

Portanto, sob preços de mercado, a taxa de apropriação do excedente pode ser expressa como uma função do grau de monopólio e da razão entre os custos diretos (bem como da composição industrial subjacente); de fato, a partir da equação (2a) obtém-se

$$e = \frac{(k-1) \cdot (W+M)}{W} \text{ donde}$$

$$e = (k-1) \cdot (1+j) \quad (4a)$$

E a expressão da participação dos salários na renda

nacional como função da taxa de apropriação do excedente, de acordo com a equação (3a), guarda estrita correspondência com a expressão da parcela relativa dos salários no valor agregado como função dos fatores de distribuição, conforme a equação, ou seja  $w = \frac{1}{1+e} = \frac{1}{1+(k-1) \cdot (1+j)}$  (3)

Por sua vez a parcela relativa dos lucros na renda nacional é dada imediatamente por

$$\frac{P}{Y} = \frac{Y-W}{Y}$$

$$\text{isto é, } \frac{P}{Y} = 1 - w \quad (5)$$

Então, conforme a equação (3a), a participação dos lucros na renda nacional como função da taxa de apropriação do excedente pode ser expressa por

$$\frac{P}{Y} = \frac{e}{1+e} \quad (5a)$$

E, de acordo com a equação (4a), obtém-se a parcela relativa dos lucros como função dos fatores de distribuição  $\frac{P}{Y} = \frac{(k-1) \cdot (1+j)}{1+(k-1) \cdot (1+j)}$  (5b)

Assim, quanto maior a taxa de apropriação do excedente, vale dizer, quanto maior o produto  $(k-1) \cdot (1+j)$  - genericamente, quanto maiores o grau de monopólio e/ou a razão entre os custos diretos - maior a participação dos lucros na renda nacional. Esta conclusão, aparentemente trivial, no entanto não é inócua, dado que o parâmetro distributivo da equação de determinação da renda em Kalecki estrutura-se precisamente a partir da parcela relativa dos lucros (enquanto complemento da parcela relativa dos salários).

### Kalecki e Marx : Determinação da Renda e a Taxa de Mais-Valia.

O processo de determinação da renda em Kalecki opera a nível teórico sobre os supostos, sustentados empiricamente, de existência de uma deliberada e permanente (embora variável) capacidade ociosa na economia, e de uma diferenciação (mas não uma separação) entre os processos de constituição de preços determinados pelo custo e de preços determinados pela demanda, aqueles associados à produção industrial e estes à produção primária<sup>3</sup>. Ambos os supostos aplicam-se às indústrias capitalistas oligopolizadas, nas quais as firmas industriais exercem um

“poder de mercado” em relação às concorrentes, em relação às firmas fornecedoras de matérias-primas, e em relação à força de trabalho, que se manifesta em sua capacidade de fixarem seus preços através de um *mark-up* sobre seus custos diretos de produção. Tais supostos são importantes porque, ao fundamentarem o conceito de grau de monopólio, estabelecem, junto com a razão entre os custos diretos e a composição industrial, os fundamentos da teoria kaleckiana da distribuição, situando esta de modo parametricamente subjacente à determinação da renda através da demanda efetiva, conforme já visto anteriormente.

Por isto Kalecki afirma que “o papel dos ‘fatores de distribuição’ é assim o de determinar a renda ou o produto com base nos lucros, que por sua vez são determinados pelo investimento” (1954:105). Em outras palavras, dados o grau de monopólio, a razão entre os custos diretos, e a composição industrial subjacente, o nível de renda será determinado pelo gasto em investimento. Vejamos então como a determinação kaleckiana da renda pode ser associada à taxa de mais-valia *lato sensu*, enquanto taxa de apropriação do excedente.

Da equação (5a) obtém-se imediatamente

$$Y = \frac{I + e}{e} \cdot P \quad (1a)$$

Os lucros, conforme Kalecki, “serão função tanto do investimento corrente como do investimento do passado recente; ou, falando em termos aproximados, os lucros seguem o investimento com um hiato temporal” (1954:99) e, assim, podem ser expressos pela equação

$$P = \frac{I_{t-h} + A}{1 - q}$$

na qual  $I_{t-h}$  indica o montante dos investimentos desde o “passado recente” até o tempo presente, ao longo do hiato temporal  $t-h$ ; por sua vez,  $q$  indica a propensão a consumir dos capitalistas face a sua renda recente (os seus lucros), e/ou face as suas variações, e  $A$  indica a parcela autônoma do consumo capitalista em relação aos lucros. Assim, esta equação dos lucros contém em si a parcela do consumo capitalista<sup>4</sup> e, “devido a levar em consideração a dependência do consumo dos capitalistas para com os lucros passados”, mostra que os lucros “são determinados completamente pelo investimento, achando-se envolvido um certo hiato temporal” (Kalecki, 1954:99).

Para os fins deste trabalho, no entanto, usar-se-á a forma simplificada da equação dos lucros

$$P = \frac{I}{1 - q} \quad (2c)$$

na qual deixa-se à parte a parcela autônoma do consumo capitalista, e subentende-se a existência do hiato temporal associado ao investimento.

Introduzindo-se na equação (1a) a expressão dos lucros dada pela equação (2c), tem-se a equação de determinação da renda sob a forma

$$Y = \frac{I + e}{e} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1b)$$

$$\text{ou } Y = I + \frac{I}{e} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1b')$$

Substituindo-se nesta equação a expressão da taxa de apropriação do excedente dada pela equação (4a), o parâmetro distributivo surge diretamente através dos fatores de distribuição, e a equação de determinação da renda pode ser dada por

$$Y = \frac{1 + (k - 1) \cdot (1 + j)}{(k - 1) \cdot (1 + j)} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1c)$$

$$\text{ou } Y = I + \frac{I}{(k - 1) \cdot (1 + j)} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1c')$$

Naturalmente, o parâmetro distributivo pode ser expresso também em função da parcela relativa dos salários na renda, a partir da equação (4), de modo que

$$Y = \frac{I}{1 - w} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1d)$$

$$\text{ou } Y = I + \frac{I}{1 - w} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (1d')$$

Metodologicamente, note-se que as formas das equações (1b'), (1c') e (1d') remetem diretamente à forma  $Y = P + W$  (6), de maneira que, além de tem-se os salários determinados pelo investimento através da taxa de apropriação do excedente, dos fatores de distribuição, ou da parcela salarial, bem como da propensão a consumir dos capitalistas:

$$W = \frac{I}{e} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (6a)$$

$$W = \frac{I}{(k - 1) \cdot (1 + j)} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (6b)$$

$$W = \frac{I}{1 - w} \cdot \frac{I}{1 - q} \quad (6c)$$

Nas diferentes formas da equação de determinação



da renda o parâmetro distributivo corresponde ao inverso da participação dos lucros na renda, conforme expressa pelas equações (5a), (5b) e (5c), de modo que  $\frac{Y}{P} = \frac{I+e}{e} = \frac{I+(k-1) \cdot (I+j)}{(k-1) \cdot (I+j)} = \frac{I}{I-w}$

e quanto maior a participação dos lucros na renda nacional, menor o nível de renda para um dado nível de investimento. A conclusão aparentemente trivial da seção anterior revela sua importância, pois agora pode-se afirmar que um aumento do grau de monopólio e/ou da razão entre os custos diretos (manifesto quer num aumento da taxa de apropriação do excedente, quer numa diminuição da parcela salarial), provoca uma diminuição do nível da renda gerada por um dado volume de investimento, e vice-versa.

Nas palavras de Kalecki, "imaginemos, por exemplo, que, devido à elevação do grau de monopólio, a parcela relativa dos lucros na renda bruta aumente. Os lucros permanecerão sem alteração, já que continuarão a ser determinados pelo investimento, que depende das decisões de investir originadas no passado, mas os salários e ordenados reais e a renda bruta ou produto irão cair. O nível de renda ou produto irá declinar até o ponto em que a parcela relativa dos lucros mais elevada permitir auferir o mesmo nível absoluto de lucros" (1954:105-106).

Genericamente, para um dado nível de investimento, as variações do grau de monopólio e/ou da razão entre os custos diretos, logo, da taxa de apropriação do excedente, irão provocar variações inversas no nível de renda. Assim, a distribuição, enquanto um parâmetro com determinações microeconômico próprias, autônomas em relação à determinação da renda com base na demanda efetiva, é incorporada à própria determinação da renda: de acordo com o princípio da demanda efetiva, a renda é determinada pelo gasto em investimento, mas seu nível ajusta-se às variações do parâmetro distributivo. Ou seja, o nível da renda para um dado volume de investimento será uma função decrescente da taxa de apropriação do excedente contida no fator  $\frac{I+e}{e}$

entendida esta como expressão da contradição mais geral interna às relações sociais de produção, entre distribuição, consumo e acumulação.

Esta contradição pode ser examinada, inicialmente, à luz de algumas relações entre a taxa de apropriação do excedente e o comportamento dos lucros, do consumo capitalista ( $Cc$ ) e do consumo dos

trabalhadores ( $Cw$ )<sup>5</sup> nas equações da renda sob as formas

$$Y = P + W (1)$$

$$Y = I + Cc + Cw (1e)$$

$$Y = I + C (1f)$$

Sendo a propensão (média ou marginal, conforme o caso) a consumir dos capitalistas face ao lucro agregado, ou a suas variações, dada por  $q = \frac{Cc}{P}$

e sendo a participação dos lucros na renda expressa pela equação (5a)

$$\frac{P}{Y} = \frac{e}{I+e}$$

obtém-se a propensão a consumir dos capitalistas expressa em função da taxa de apropriação do excedente e da participação do consumo capitalista na renda<sup>6</sup>

$$q = \frac{I+e}{e} \cdot \frac{Cc}{Y} (7)$$

Sob o suposto de estabilidade da parcela relativa do consumo capitalista na renda, esta equação mostra que um aumento da taxa de apropriação do excedente determina uma diminuição da propensão a consumir dos capitalistas.<sup>7</sup>

Do sistema de equações da renda (1) e (1e), e sob o suposto de que os trabalhadores consomem toda sua renda salarial, isto é,  $Cw = W$ , obtém-se a equação de lucros  $P = I + Cc$  (2d)

Da expressão da propensão a consumir dos capitalistas resulta uma outra equação de lucros

$$P = \frac{I}{q} \cdot q (2e)$$

As equações (2d) e (2e) fornecem então a equação de determinação do consumo capitalista

$$Cc = \frac{q}{I-q} \cdot I (8)$$

da qual resulta a já conhecida equação de determinação dos lucros

$$P = \frac{I}{I-q} \cdot I (2c')$$

Assim, uma diminuição da propensão a consumir dos capitalistas reduz tanto o nível do próprio consumo capitalista como o nível dos lucros para um dado nível de investimento. Pela equação (7) pode-se então

concluir que um aumento da taxa de apropriação do excedente reduz os níveis do consumo capitalista e dos lucros determinados por um dado nível de investimento.

Finalmente, da equação (2c') de determinação dos lucros obtém-se a também já conhecida equação de determinação dos salários

$$w = \frac{1}{e} \cdot \frac{1}{1-q} \cdot I \quad (6a')$$

e, naturalmente, um aumento da taxa de apropriação do excedente, quer diretamente, quer através da redução da propensão a consumir dos capitalistas, reduz a massa de salários determinada por um dado nível de investimento (e reduz o consumo dos trabalhadores na mesma proporção).

Introduzindo-se na equação (1) as expressões dos lucros e dos salários dadas pelas equações (2c') e (6a') obtém-se a equação de determinação da renda sob a forma 
$$r = \frac{1}{1-q} + \frac{1}{e} \cdot \frac{1}{1-q} \cdot I \quad (1')$$

e, introduzindo-se nas equações (1e) e (1f) as expressões do consumo capitalista e do consumo dos trabalhadores (sendo  $C_w = W$ ) dadas pelas equações (8) e (6a'), obtém-se a equação de determinação da renda sob as formas

$$r = 1 + \frac{q}{1-q} + \frac{1}{e} \cdot \frac{1}{1-q} \cdot I \quad (1e')$$

$$e r = 1 + \frac{1+e \cdot q}{e \cdot (1-q)} \cdot I \quad (1f')$$

Nestas três formas da equação de determinação da renda estão manifestos os efeitos das variações da taxa de apropriação do excedente sobre o nível da renda (determinada a partir do gasto em investimento), quer diretamente, quer através das variações da propensão a consumir dos capitalistas, conforme a análise feita acima sobre as equações de determinação do consumo capitalista, dos lucros e dos salários. Estas três formas remetem à forma mais concisa

$$r = \frac{1+e}{e} \cdot \frac{1}{1-q} \cdot I \quad (1b'')$$

a qual indica, de acordo com a equação análoga de Kalecki, que, dado um aumento do nível de investimento, "a renda bruta ou produto aumenta mais que o investimento, devido ao efeito da elevação do investimento sobre o consumo dos capitalistas fator  $\frac{1+e}{e}$  e sobre a renda dos trabalhadores fator  $\frac{1}{1-q}$ .

$1-q$

$e$

Uma vez que aqui se supõe que o consumo dos trabalhadores seja igual à sua renda, isso quer dizer que a renda aumenta mais que o investimento, devido à influência do aumento do investimento sobre o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores" (Kalecki, 1954:106-7).

Portanto, nesta forma da equação de determinação da renda o produto  $\frac{1+e}{e} \cdot \frac{1}{1-q}$

indica a influência direta (através do parâmetro distributivo), e indireta (através do parâmetro do consumo capitalista) da taxa de apropriação do excedente sobre a variação do nível de renda decorrente de uma variação do nível de investimento, isto é, decorrente da determinação das variações do consumo dos trabalhadores e dos capitalistas pela variação do investimento. Tal produto opera como o multiplicador keynesiano, embora à diferença deste, incorpore a distribuição entre lucros e salários (e, portanto, a relação entre preços e salários). Assim, face a uma dada estrutura distributiva, o "efeito da elevação do investimento (...) sobre a renda dos trabalhadores" é dado por  $\frac{1+e}{e} = \frac{Y}{P}$ ,

e o "efeito da elevação do investimento sobre o consumo dos capitalistas" é dado por

$$\frac{1}{1-q} = \frac{P}{I}, \text{ resultando então}$$

$$\frac{1+e}{e} \cdot \frac{1}{1-q} = \frac{Y}{P} \cdot \frac{P}{I} = \frac{Y}{I}$$

Podemos agora retomar a citação de Kalecki ao início desta seção, e ver que a taxa de apropriação do excedente define o nível de renda "com base nos lucros", os quais, face a uma propensão a consumir dos capitalistas dada por esta taxa de apropriação, "são determinados pelo investimento"; de modo que, em última instância, a taxa de apropriação do excedente define o nível da renda determinada pelo investimento.

E a taxa de apropriação do excedente expressa a contradição mais geral entre distribuição, consumo e acumulação. Se, sob condições técnicas dadas de produção, a classe capitalista consegue impor um aumento da taxa de apropriação de excedente com o objetivo de aumentar seu consumo e os lucros, a transferência de renda, ainda que apenas relativa, dos trabalhadores aos capitalistas, provoca uma diminuição relativa tanto do consumo dos trabalhadores co-

mo do consumo capitalista, diminuindo a rentabilidade e o efeito multiplicador dos novos investimentos financiados pelo aumento (inicial e provisório) da massa de lucros decorrente do aumento de apropriação do excedente pelos capitalistas. Esta diminuição da rentabilidade do investimento e da taxa de crescimento da renda deverá provocar uma mudança no estado das expectativas tendente a reduzir a taxa de investimento, com o que se completa um quadro de redução relativa da demanda efetiva. A tentativa dos capitalistas de manter a participação dos lucros na renda via um novo aumento da taxa de apropriação do excedente aprofunda esta contradição entre distribuição e acumulação sob a forma marxista clássica de uma crise de realização, vista sob uma ótica kaleckiana como um problema de insuficiência da demanda efetiva.

Resumidamente, um aumento da taxa de apropriação do excedente sob condições técnicas de produção dadas, instaura um quadro recessivo, ou agravado. A saída da recessão ou da depressão exige uma série de medidas visando recuperar a taxa *ex ante* de lucro - e, portanto, a taxa de investimento, desde a saída via mercados externos, como em Rosa Luxemburgo, passando pela destruição criadora via inovação tecnológica de Schumpeter, até o investimento autônomo do Estado, como em Keynes e Kalecki, apenas para citar algumas das abordagens teóricas mais relevantes sobre o tema.

Mas o exame das condições de recuperação do investimento está fora do escopo deste trabalho: aqui, resta apenas concluir que a teoria da determinação da renda em Kalecki, desenvolvida sobre o princípio da demanda efetiva, tem subjacente a si uma teoria da distribuição tomada parametricamente e formulada sobre as condições microeconômicas de fixação de preços em mercados oligopolistas e a correspondente estrutura técnica e institucional de apropriação do excedente. Deste modo, em Kalecki, a concorrência inter-capitalista, o conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores, e a determinação da renda estão inextricavelmente ligados, enquanto elementos constitutivos centrais da dinâmica de acumulação do capital.

### Bibliografia

- FOLEY, Duncan (1982). "The value of money, the labor of power, and the Marxian transformation problem". *Review of Radical Political Economy*, 14 ( 2):37-47; 1982.
- KALECKI, Michal (1954). *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

KALECKI, Michal (1968). "As equações marxistas de reprodução e a economia moderna", in MIGLIOLI, org. (1977).

LIPIETZ, Alain (1982). "The 'so-called transformation problem' revisited". *Journal of Economic Theory*, 26 ( 1):59-88; 1982.

POSSAS, M. L. e P. Baltar (1981). "Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 11 ( 1):107-160; 1981.

### Notas

<sup>1</sup> Pois

$$u = w^* + m^*$$

$$\frac{u}{w^*} = \frac{w^* + m^*}{w^*}$$

$$u = (1 + j) \cdot w^*$$

<sup>2</sup> Esta equação de rendimentos também pode ser obtida facilmente a partir do sistema de equações

$$R = Y + M$$

$$Y = W + (k - 1) \cdot (W + M)$$

no qual  $Y$  indica a renda nacional, e  $(k - 1) \cdot (W + M)$  os lucros brutos totais.

<sup>3</sup> São, respectivamente, "preços rígidos" (*fix prices*) e "preços flexíveis" (*flex prices*), na terminologia de Hicks.

<sup>4</sup> Uma vez que os lucros se distribuem entre investimento e consumo capitalista, isto é,  $P = I + Cc$ . Mais além desta aparência distributiva, Kalecki demonstra que o investimento e o consumo capitalista determinam os lucros em uma primeira instância; porém, como  $Cc = q \cdot P_{t-h} + A$ , e como  $P = I + q \cdot P_{t-h} + A$ , etc., então tanto o consumo capitalista como os lucros são completamente determinados, em última instância, pelo investimento.

<sup>5</sup> Supondo-se, no modelo kaleckiano simplificado, que os trabalhadores não poupam, isto é,  $Cw = W$  (conforme Kalecki, 1954:91).

<sup>6</sup> Ou, pelas equações (4) e (4a),

$$q = \frac{I}{I - w} \cdot \frac{Cc}{Y} = \frac{I + (k - 1) \cdot (I + j)}{(k - 1) \cdot (I + j)} \cdot \frac{Cc}{Y}$$

<sup>7</sup> Naturalmente, sendo  $Y = I + Cc + Cw$  e  $P = I + Cc$ , um decréscimo da participação do consumo capitalista na renda estará associado a um decréscimo proporcionalmente maior da propensão a consumir dos capitalistas. Além disso, a relação de determinação entre a taxa de apropriação do excedente e a propensão a consumir dos capitalistas se mantém pelo menos até face a um aumento do consumo capitalista independente do nível de renda (devido a modificações nas condições de crédito ao consumo, nas expectativas de preços futuros, ou relativas a inovações em produtos, etc.) que, por hipótese, aumente a parcela relativa do consumo capitalista na renda numa proporção igual ao decréscimo proporcional do valor numérico do parâmetro distributivo provocado pelo aumento da taxa de apropriação do excedente.